

EDITORIAIS

folha.com/editoriais
editoriais@grupofolha.com.br

Guerra da Ucrânia faz quatro anos sob o signo do cansaço

Pior conflito europeu desde 1945 se arrasta sem solução à vista e com risco de ser trocado pelo Irã na lista de prioridades de Donald Trump; estudos indicam ao menos 500 mil óbitos militares e 15 mil civis

A Guerra da Ucrânia, um conflito que tanto a Rússia quanto o Ocidente acreditavam que estaria resolvido rapidamente, entrou nesta terça-feira (24) em seu quinto ano sob o signo da exaustão.

Cansados estão os ucranianos, submetidos a um regime de blecautes devido à degradação de seu sistema energético sob forte frio. Cansados estão os russos, isolados do Ocidente e pagando um preço altíssimo em sangue.

E cansado está o mundo com a indefinição acerca de uma solução para a guerra, que se arrasta para mais uma rodada de negociações, até aqui infrutíferas, mediadas pelos Estados Unidos governado por Donald Trump.

É neste fastio que mora o maior perigo hoje. A invasão de Vla-

dimir Putin pode não ter logrado seu objetivo estratégico, que era anular a Ucrânia como um ente ocidental, mas a longa duração dos combates favorece o russo.

Além de erodir a resistência ucraniana de forma lenta, o chefe do Kremlin viu crescer o número de fissuras no Ocidente que culpa pela origem do embate: na sua visão, foi a arrogância americana após a dissolução da União Soviética em 1991 que empurrou a Rússia para o belicismo.

O argumento é disputado, mas não desprovido de méritos. Todavia, isso não muda o fato de que quem atirou primeiro foi Putin.

Seja como for, a unidade entre Estados Unidos e Europa, que marcou os três primeiros anos do conflito, foi rompida. Trump zerou a ajuda a Kiev e, em nome de

uma paz ainda que precária para chamar de sua, tenta um cessar-fogo a qualquer custo.

Para o autocrata russo, que não mudou suas exigências territoriais e políticas desde que as expôs em junho de 2024, é o melhor dos mundos: ele aceita negociar, desde que seja em seus termos, e isso bastou até aqui a Trump.

Com isso, a roda da morte segue a girar, com enorme impacto. Estudos indicam ao menos 500 mil óbitos militares e 15 mil civis. Nas linhas de frente, a proporção entre mortos e feridos se assemelha à da Segunda Guerra, e não a conflitos modernos.

Segundo o Banco Mundial, se os canhões silenciassem hoje, seriam precisos até US\$ 3 trilhões em uma década para reconstruir a infraestrutura ucraniana.

A guerra ajudou a alterar a geografia do gasto militar no planeta. Os EUA seguem líderes no campo, com 35% do total. Mas a fatia europeia subiu de 17% em 2022 para 21,4% três anos depois

Do ponto de vista global, como demonstram dados divulgados também nesta terça pelo Instituto Internacional de Estudos Estratégicos, de Londres, a guerra ajudou a alterar a geografia do gasto militar no planeta.

Os EUA, claro, seguem líderes no campo, respondendo por 35% dos US\$ 2,63 trilhões gastos com defesa do mundo. Mas a fatia europeia subiu de 17% em 2022 para 21,4% três anos depois, testemunho tanto da obra de Putin como do desengajamento de Trump da defesa continental.

Adensando o enredo, há a mudança do foco para o eventual ataque do americano ao Irã, o que somado a impasses entre Kiev e Moscou pode levar ao abandono de Trump das negociações —e ao prolongamento do conflito.

Conter os efeitos nocivos da expansão das motos

Mortes de pedestres atropelados pelo veículo sobem no estado de SP e na capital; é preciso endurecer fiscalização e reduzir limites de velocidade, além de redesenhar vias e fortalecer educação no trânsito

Levantamento realizado pelo Departamento de Trânsito de São Paulo (Detran-SP) a pedido da Folha aponta aumento de mortes de pedestres atropelados por motocicletas no estado e na capital. Tal indicador, juntamente com o de óbitos de condutores de motos

COLUMNISTAS

SÃO PAULO

Ciência não é natural em humanos

Hélio Schwartsman

A polilaminina funciona? Talvez. O mecanismo de ação da droga tem plausibilidade biológica e ela conta com evidências anedóticas animadoras. A verdade, porém, é que nós ainda não sabemos se o polímero é capaz de devolver os movimentos a pacientes que sofreram lesão medular completa. Piaget descreveu crianças como “pequenos cientistas”, mas a imagem tem um problema de base. Seres humanos, crianças e adultos não costumam pensar como cientistas. Há poucos modos de raciocinar mais contraintuitivos do que o método científico. Em estado natural, a maioria das pessoas não pensa cientificamente, mas se deixa levar por suas preferências pessoais e lealdades tribais temperadas pelo viés

de confirmação e outras armadilhas cognitivas. Os próprios cientistas não escapam a essas vulnerabilidades psicológicas, de modo que há quem afirme que o saber é uma empreitada social, que só se materializa dentro de arquiteturas que colocuem grupos rivais para tentar destruir as teorias uns dos outros. Não é preciso se afastar da medicina para perceber a escala do problema. Durante milênios, do antigo Egito ao Ocidente oitocentista, médicos submeteram seus pacientes a sangrias, que, sabemos hoje, com frequência os matavam. E os médicos envolvidos, presos a suas teorias favoritas, eram incapazes de ver isso. Foi só depois que a estatística chegou para socorrer a medi-

cina de seus pontos cegos e produziu dados demonstrando que as sangrias mais matavam do que curavam que os médicos relutantemente as abandonaram. O único jeito de saber se a polilaminina funciona é testá-la num número suficientemente grande de pacientes e compará-los a um grupo controle. Idealmente, o grupo controle deveria receber placebo. Nem médicos nem pacientes deveriam saber quem está em qual grupo. Os desfechos primários e secundários devem ser previamente descritos. Não são, evidentemente, coisas em que uma criança (ou um adulto sem treinamento específico) pensaria. Mas, sem isso, simplesmente não sabemos se uma droga funciona. helio@uol.com.br

BRASÍLIA

STF corrói o próprio capital

Dora Kramer

O Supremo Tribunal Federal não veio parar onde está de repente, por acaso ou sem o esforço de seus integrantes. Foi um trabalho meticuloso ao longo dos últimos anos de corrosão de um dos preceitos constitucionais que norteiam a administração pública: a impessoalidade. Ministros adotaram atitudes de estrelas e, em alguns casos, com um traço de empáfia mais comum nas subcelebridades que nos astros de verdade. Atrairiam apenas antipatia se não ultrapassassem outros mandamentos daquele definidor artigo 37 da Constituição de 1988 que exige do servidor respeito à legalidade, à moralidade, à publicidade e à eficiência. Os casos de nariz arrebitado,

língua afiada e circulação indevida em convescotes jurídico-festivos pelo mundo não precisam ser revisitados, pois estão inscritos no passivo da corte. Além disso, o problema já não é desse ou daquele ministro, é da instituição Supremo Tribunal Federal, representação máxima do Judiciário. Executivo e Legislativo são frequentadores habituais do noticiário sobre eventos negativos, mas as malfeitorias cometidas por seus integrantes têm a Justiça como instância de correção. É a ela que se recorre e é nela que a sociedade deposita sua confiança. Ou melhor, depositava até que o STF começasse a erodir esse capital sem dar atenção aos alertas. Um país desconfiado da Justiça é um país que não confia no porto

seguro da legalidade. Para dar um jeito nisso não bastam um código de ética ou ações pontuais como as cruzadas do ministro Flávio Dino contra o uso

TENDÊNCIAS / DEBATES

Os artigos publicados com assinatura não traduzem a opinião do jornal. Sua publicação obedece ao propósito de estimular o debate dos problemas brasileiros e mundiais e de refletir as diversas tendências do pensamento contemporâneo

folha.com/tendencias
debates@grupofolha.com.br

O clube dos negócios estranhos

Expansão da educação superior lembra reunião de fatores de limitada articulação com a realidade, mas com consequências reais à sociedade

Luiz Roberto Liza Curi

Sociólogo, é doutor em economia (Unicamp) e titular da Cátedra Paschoal Senise de Pós-Graduação (USP); ex-presidente do Conselho Nacional de Educação

O título deste artigo se refere a um conto perturbador, datado de 1905, do escritor inglês Gilbert Keith Chesterton. Trata-se, o clube, de uma associação promotora de enredos para eventos imaginários, apresentados como reais aos envolvidos em realizá-los, com as consequências expostas à realidade.

Considero se o movimento da expansão da educação superior nas últimas décadas não poderia ser acolhido como a reunião de diversos fatores de limitada articulação com a realidade, mas com consequências reais à sociedade. Um negócio estranho.

A questão inicial que decorre dessa reflexão é: em que medida a educação superior vem transformando o Brasil?

Em quase 30 anos, o número de matrículas na educação superior passou de 1,9 milhão, em 1997, para 10,2 milhões em 2024, sendo 80% delas em instituições particulares e mais da metade em cursos a distância. Essa expansão aumentou o número de diplomados em nível superior no Brasil, que saltou de 3% em 1992 para 24% em 2024. Segundo o economista Naércio Menezes, essa ex-

plosão não repercutiu no crescimento do produto econômico brasileiro, que se manteve, neste mesmo período, praticamente o mesmo. Com efeito, no caso da expansão de cursos estratégicos ao desenvolvimento nacional, como os de engenharia, o estranhamento se aproxima do assombro. Meu principal suspeito é o currículo.

Entre 2015 e 2024, o conjunto desses cursos sofreu queda de 410 mil matrículas. De 2018 a 2024, foram menos 42 mil concluintes. Segundo o Confea (Conselho Federal de Engenharia e Agronomia), até 2050 poderemos ter um déficit de 1 milhão de engenheiros frente às demandas de ocupação. Neste mesmo ano, analistas indicam que apenas 50% da população será economicamente ativa. Quando não se escolhe o caminho, não se conhece a chegada.

Desenvolvendo o aprendizado defasado da realidade e demandas da nação, com currículos que satisfazem mais aos indicadores da avaliação regulatória governamental do que aos estudantes, seguem muitas das 2.561 instituições e dos 45.772 cursos superiores

PAINEL DO LEITOR

folha.com/paineldoleitor
leitor@grupofolha.com.br

Desconfiança científica

“Não trate a polilaminina como se fosse a seleção” (Joel Pinheiro da Fonseca, 23/2). Se fossem 20 anos de pesquisa séria, você não acha que já haveria estudos científicos publicados? Estou na torcida, mas infelizmente o que enxergo é muito oba oba e autopromoção com pouca metodologia científica. Estou alertando há meses, em vários posts eufóricos no Instagram. **Roberto Silva** (Juiz de Fora, MG)

*

A comparação não se sustenta. A fosfoetanolamina não tinha resultados clínicos, diferente da poli. Só aí já cairia toda a coluna, mas também vem a comparação com a clo- roquina, em um contexto de pande- mia e sendo usada como falsa alter- nativa às vacinas. É muita forçação. **Kaluan Boarini Bernardo** (São Paulo, SP)

*

Muito relevantes as ponderações! **Seueli Correa** (Nova Iguaçu, RJ)

*

O colunista (que não é cientista nem médico neurologista), assim como meia-dúzia de leitores, faz comentários rasos baseados em sua própria opinião (“eu acho” isso ou aquilo). Nem sequer se deram ao trabalho de consultar o CV Lattes da pesquisadora ou uma base de dados oficial e segura como, por exemplo, a PubMed. Teriam verificado que a pesquisadora tem dezenas de artigos cien- tíficos publicados em reconheci- dos periódicos na área de conhe- cimento em questão. **Jaqueline Mendes de Oliveira** (Rio de Janeiro, RJ)

Vitória indígena

“Governo Lula revoga decreto de hidrovias na amazônia após um mês de protesto de indígenas” (Ambiente, 23/2). Desenvolvi- mento sustentável, fontes susten- táveis de energia, fomentar hidro e ferrovias, sim. Desmatar, dra- gar, poluir, deslocar os povos ori- ginários, não. Alinhar interesse econômico e biodiversidade re- quer estudo, verba, educação, ci- ência, arte, bom senso, democra- cia e diálogo. Não é passar a boi- ada. Atitude lúcida do governo. **Carlos Navas** (São Paulo, SP)

*

Na minha singela opinião, de- veria se criar uma comissão ou força tarefa para um estudo que não prejudique os indígenas e, ao mesmo tempo, não

PAINEL

Fábio Zanini
painel@grupofolha.com.br

Última palavra

Ministros palacianos vão insistir com Lula no envio de um projeto de lei que prevê o fim da escala 6x1, entre outros motivos, porque o governo quer ter o poder de veto sobre a versão aprovada. Isso não será possível caso a opção seja por uma proposta de emenda que já está na Câmara — nestes casos, o texto não vai à sanção presidencial. Por trás da estratégia, há descrença do Planalto com o real comprometimento do presidente da Casa, Hugo Motta (Republicanos-PB), com o projeto.

SEGURO MORREU DE VELHO O temor é que Motta patrocine uma versão que mude a escala para 5x2, mas sem redução da jornada de 44 para 40 horas semanais. Pior ainda, existe o receio de que haja redução de salários, o que é inegociável para os trabalhadores. Segundo uma fonte do governo, o histórico de Motta de descumprir acordos não inspira confiança.

PODERES Participantes da reunião convocada pelo presidente do STF, Edson Fachin, com representantes de Congresso, TCU e PGR defenderam que, qualquer que seja a solução sobre os penduricalhos, haja participação do Legislativo. A reforma administrativa, encampada pelo deputado Pedro Paulo (PSD-RJ), foi citada como uma possibilidade, mas sofre resistências do governo Lula.

C'EST FINI O governo Lula considera encerrada a discussão sobre projeto de concessão de hidrovias na amazônia, após recuo provocado por protestos de indígenas. A avaliação é que não é o caso de gerar atrito com um segmento historicamente ligado à esquerda às vésperas de uma campanha.

VEM, MADONNA A gestão Ricardo Nunes (MDB) firmou acordo com o Ministério Público para ampliar o número de eventos de grande porte na Paulista. A prefeitura poderá agora realizar um no segundo semestre deste ano e dois anuais a partir de 2027. Nunes quer trazer grandes shows para a cidade, a exemplo do que faz o Rio.

ESPOLETA O Sindicato dos Delegados de SP lançou campanha para denunciar o “sucateamento” da Polícia Civil, em meio a “promessas não cumpridas” de Tarcísio de Freitas. O movimento espalhará outdoors e fará campanha digital para se contrapor à “propaganda governista”. A Secretaria de Segurança diz que “mantém diálogo com as entidades representativas” e “reconhece a importância das carreiras policiais”.

CARTEIRA O estado de SP teve no ano passado o menor desemprego desde 2012. O índice ficou em 5%. Os dados foram divulgados pela Fundação Seade. O desemprego foi menor que a média nacional, de 5,6%, e do Sudeste, de 5,3%. Os números são usados como trunfo eleitoral por Tarcísio, especialmente na comparação com os nacionais, de responsabilidade de Lula.

KASSABTOUR Presidente do PSD, Gilberto Kassab levará os presidenciáveis da legenda — Eduardo Leite

Gilmar veta penduricalhos de juízes e procuradores criados sem lei nacional

Ministro dá prazo de 60 dias para suspensão de pagamentos aprovados por estados ou atos administrativos e normativos

SÃO PAULO O ministro Gilmar Mendes, do STF (Supremo Tribunal Federal), decidiu nesta segunda-feira (23) que verbas de natureza indenizatória só podem ser pagas a integrantes do Poder Judiciário e do Ministério Público quando estiverem expressamente previstas em lei aprovada pelo Congresso Nacional.

A liminar foi concedida em ação direta de inconstitucionalidade proposta pela Procuradoria-Geral da República e será submetida ao plenário do STF para votação.

“[N]ão posso deixar de manifestar perplexidade quanto à desordem que vivenciamos no que diz respeito à remuneração dos agentes públicos de modo geral e, em particular, dos membros do Poder Judiciário e do Ministério Público”, afirmou o ministro.

“Dia após dia, são criadas inúmeras verbas travestidas de caráter indenizatório com o único objetivo de escamotear o manifesto descumprimento da Constituição Federal, notadamente do regime constitucional de subsídios.”

Na decisão, Gilmar fixou um prazo de 60 dias para que os tribunais e os Ministérios Públicos estaduais suspendam o pagamento de verbas indenizatórias instituídas com base em leis estaduais, os chamados penduricalhos.

A liminar determina ainda um prazo de 45 dias para que os tribunais estaduais e federais e os Ministérios Públicos estaduais e federais suspendam o pagamento de verbas criadas por decisões administrativas ou atos normativos secundários.

“**Não posso deixar de manifestar perplexidade quanto à desordem que vivenciamos no que diz respeito à remuneração dos agentes públicos de modo geral e, em particular, dos membros do Poder Judiciário e do Ministério Público**

Gilmar Mendes
ministro do STF sobre penduricalhos

A determinação está alinhada à decisão do ministro Flávio Dino, do STF, que suspendeu no início do mês penduricalhos nos três Poderes, estabelecendo que apenas verbas indenizatórias expressamente previstas em lei podem ficar fora do teto das respectivas carreiras.

Dino havia fixado prazo de 60 dias para que todos os órgãos da administração pública revisassem e suspendessem os pagamentos. Uma das diferenças é que a liminar dele barrava pagamentos feitos sem base legal, seja por lei nacional, estadual ou municipal. A ordem de Gilmar considera que pagamentos feitos com base em leis estaduais não são válidos.

O teor das decisões de Dino e de Gilmar será avaliado no plenário, pelo conjunto de ministros, nesta quarta-feira (25), de maneira conjunta.

Na liminar desta segunda, Gilmar determinou que, após o fim dos prazos estabelecidos, os integrantes do Judiciário e do Ministério Público só poderão receber as verbas previstas em lei nacional e, nos casos necessários, regulamentadas por ato conjunto do CNJ (Conselho Nacional de Justiça) e do CNMP (Conselho Nacional do Ministério Público).

“O pagamento que quaisquer verbas, após os prazos acima sinalados, em desconformidade

com a presente decisão, consubstancia ato atentatório à dignidade da Justiça e deverá ser apurado no âmbito administrativo-disciplinar e penal, sem prejuízo do dever de devolução de tais valores”, disse o ministro.

Segundo ele, os penduricalhos, provocam um “enorme desequilíbrio”. O ministro lembrou que, de acordo com a Constituição, a remuneração dos magistrados é vinculada a 90% do subsídio dos ministros do STF —teto do funcionalismo público.

Dessa forma, quando ocorre o reajuste na remuneração dos ministros, isso repercute no pagamento de toda a magistratura, o que, de acordo com ele, garante a independência do Judiciário e evita que os ju

política

O Congresso e o Banco Master

Lembrai-vos da CPI da Americanas, um exemplo de CPIzza

Elio Gaspari

Jornalista, autor de cinco volumes sobre a história do regime militar, entre eles “A Ditadura Encurralada”

O caso do Banco Master tornou-se radioativo. O Banco Central teve mais de um ano para enquadrá-lo e frangou o tamanho da fraude. O ministro Dias Toffoli tomou as rédeas do inquérito e embrulhou-se. O Supremo Tribunal tirou-o do caso, mas, no mesmo lance, solidarizou-se com ele. (Como isso é possível, só o tempo dirá.) Uma parte do Congresso quer uma CPI, outra prefere apenas interrogar Daniel Vercaro, dono da encrenca e arquivo vivo de suas ramificações.

Nessa confusão, em Brasília atira-se para todos os lados, menos para o alvo: as conexões de Vercaro. Não deixa de ser curioso que enquanto o tiroteio toma conta da agenda, a única instituição que vem investigando com sucesso o material radioativo é mantida ao largo da agenda. Trata-se da Polícia Federal, a quem se devem as poucas novidades saídas da caixa preta do Master.

Por incrível que pareça, a criação de uma CPI traz mais riscos que esperanças. A CPI da fraude das Lojas Americanas ainda está na memória das pessoas. Aquela CPIzza terminou num vexame. Não responsabilizou viv’alma nem ouviu os grandes acionistas da empresa. Quando ela terminou, havia deputados denunciando deputados, e só.

Vercaro quer um microfone para responsabilizar o Banco Central, o governo quer proteger sua tropa e parte da oposição quer manter as investigações longe de seus afortunados parlamentares. Com essas forças chocando-se na discussão do problema, só havia uma resultante possível: o sigilo. O ministro Dias Toffoli bem que tentou. Teve a má sorte de encenar-se com a Polícia Federal e deu no que deu.

A saída de Toffoli da relatoria jogou na agenda o que seria o vazamento, a partir de um grampo, de uma reunião fechada do STF. Beleza, sorteia-se um novo relator e o crime estaria num provável grampo, que revelou com fidelidade o desfecho do problema. Ministros do Supremo querem identificar e punir os responsáveis pelo vazamento. Tudo bem, desde que prossigam as investigações da PF.



Presidente Lula participa de anúncio de investimento em aeroportos da Aena Gabriela Biló - 11.fev.25/Folhapress

Aliados veem impacto limitado de isenção do IR na popularidade de Lula

Petistas esperavam desempenho melhor a oito meses da eleição, mas acreditam que benefício para quem ganha até R\$ 5.000 será sentido mais tarde pela população

Catia Seabra e Caio Spechoto

BRASÍLIA Pesquisas eleitorais e outras projeções têm frustrado a expectativa de aliados do presidente Lula (PT) que apostavam em desempenho melhor após a adoção de medidas populares, como isenção de Imposto de Renda a quem ganha até R\$ 5.000 mensais. Colaboradores diretos do presidente têm dito, em conversas reservadas, que imaginavam ver o petista com a popularidade mais alta a oito meses da eleição. A avaliação é que as medidas econômicas ainda não foram convertidas em capital eleitoral para

49%
é a desaprovação do presidente Lula apurada pela Quaest há duas semanas

45%
disseram aprovar o presidente na mesma pesquisa

o petista, que disputará mais um mandato em outubro. O provável principal adversário de Lula na eleição deste ano, o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ), tem conseguido consolidar seu nome, como mostram pesquisas eleitorais do início deste ano. Além disso, durante o Carnaval, trackings —pesquisa de opinião menos precisa, mas de produção mais rápida, para detectar tendências no debate público— aos quais governistas tiveram acesso mostraram um desgaste maior de Lula. As sondagens também indicam uma ascensão de Flávio. Pesquisa Quaest divulgada em

dezembro passado, 11 dias após Flávio anunciar a pré-candidatura, o mostrou com 36% das intenções de voto no segundo turno, contra 46% de Lula —uma diferença de 10 pontos percentuais. O levantamento mais recente, publicado há duas semanas, mostrou Lula com 43% das intenções de voto no segundo turno e 38% de Flávio, diferença de cinco pontos. A mesma pesquisa mostrou que a desaprovação ao presidente está em 49%, enquanto a aprovação é de 45%. Em fevereiro começaram a ser pagos os primeiros salários depois do aumento da faixa de isen-

ção do Imposto de Renda, que zerou os descontos de trabalhadores

Flávio e Castro definem chapa para o governo do RJ com secretário estadual

Reunião definiu que Douglas Ruas (PL) disputará o Executivo e governador será candidato ao Senado; PP ocupará a vice e União Brasil indicará 2º nome ao Senado

Carolina Linhares

BRASÍLIA Em reunião entre o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) e o governador do Rio de Janeiro, Cláudio Castro (PL), o PL definiu, nesta terça-feira (24), uma aliança com a federação formada por PP e União Brasil para formar um palanque no Rio de Janeiro.

Segundo o acordo, o candidato ao governo será o secretário estadual de Cidades, Douglas Ruas (PL), filho do capitão Nelson Ruas, prefeito de São Gonçalo, terceiro maior colégio eleitoral do estado.

Ao anunciar a aliança com PP e União Brasil no Rio, Flávio afirmou que pretende sinalizar ao país que vai priorizar as construções políticas com aliados. O senador disse que o PL trabalha atualmente com 11 pré-candidatos próprios a governos estaduais, sendo o do Rio um deles.

“Eu pretendo sempre trazer pessoas que têm o alinhamento, o organismo político conosco, que também trazem essa experiência e atendem a composição partidária, porque eu acredito muito na política como uma forma de a gente compor e resolver os problemas do país”, disse.

O candidato a vice-governador deve ser do PP, e o nome indicado pela sigla é o do ex-prefeito de Nova Iguaçu Rogério Lisboa.

Já as vagas ao Senado serão divididas entre o PL e o União Brasil, sendo Castro o nome do partido de Flávio. O União Brasil deve indicar Márcio Canella, prefeito de Belford Roxo. Canella convidou a mãe de Flávio, a ex-vereadora Ro-



géria Bolsonaro, como suplente.

A costura anunciada nesta terça acaba sacrificando a candidatura à reeleição do líder do PL no Senado, Carlos Portinho, que ficou sem a possibilidade de sair candidato pelo partido. Flávio afirmou

Alvo de pressões, governo Lula deixa para 2027 leilões de hidrovias

Executivo revoga decreto sobre estudos diante de protestos e risco de judicialização; programa vinha sendo tratado como peça-chave para reduzir custo logístico do país

André Borges

BRASÍLIA O governo decidiu deixar para 2027 a maior parte dos leilões das primeiras concessões de hidrovias que pretendia fazer no país, em meio ao aumento de pressões políticas e mobilizações de entidades civis e comunidades tradicionais contra os projetos. Os adiamentos representam um atraso de até dois anos em relação ao cronograma inicial, como ocorreu no caso da licitação planejada para a hidrovia do rio Madeira, que chegou a ser prevista para julho do ano passado, mas agora foi deixada para 2027. Na noite de segunda (23), o presidente Lula decidiu revogar o decreto nº 12.600, que previa estudos sobre empreendimentos no rio Tapajós e vinha sendo contestado por movimentos indígenas. A decisão foi anunciada pelos ministros Guilherme Boulos (Secretaria-Geral da Presidência) e Sonia Guajajara (Povos Indígenas), após reunirem-se com as lideranças do movimento. O calendário para o ano que vem também passou a ser o horizonte para uma carteira mais ampla de projetos, como os leilões das hidrovias do Tocantins, do Tapajós e do Amazonas, este último batizado de “hidrovia verde”. Agora, na melhor das hipóteses, o que deve sair neste ano são os editais dessas concessões, mas apenas para serem enviados ao TCU (Tribunal de Contas da União). O leilão das três, na prática, ainda não tem data para ocorrer. Dos cinco projetos prioritários do MPor (Ministério de Portos e Aeroportos), o único que segue com previsão de leilão no segundo semestre deste ano é a hidrovia do rio Paraguai, no trecho que corta Mato Grosso do Sul. Ainda

assim, não há certeza de que essa licitação, de fato, ocorrerá. Do ponto de vista econômico, o programa de concessões vinha sendo tratado como peça-chave para reduzir o custo logístico do país. O objetivo dos projetos é garantir navegabilidade durante praticamente todo o ano, inclusive em períodos de seca, como a que paralisou os terminais de Porto Velho (RO) em 2024. O volume de cargas transportadas pelos rios foi de cerca de 140 milhões de toneladas em 2025, um crescimento de 8,5% em relação ao ano anterior. Empresas de navegação, traders e produtores de grãos, que pagariam pelo serviço, têm apoiado o programa e pressionado por sua execução, sob o argumento de que a falta de previsão sobre a navegabilidade eleva custos e atrapalha o escoamento. No fim de semana, indígenas que se opõem ao plano de hidrovias em rios da Amazônia entraram, pela primeira vez, na parte interna da Cargill, em Santarém (PA). O ato ocorrido no sábado (21) foi uma resposta à ordem judicial de desocupação concedida a pedido da empresa. Os manifestantes ocupavam a entrada da Cargill desde 22 de janeiro em protesto contra o projeto. Ao longo dos dias, o

Quase 30% dos danos ligados ao uso de IA envolvem saúde mental, aponta levantamento

Base da Data Privacy Brasil documenta e sistematiza casos públicos de impactos da tecnologia; ideia é fornecer subsídios para regulação

TEC

Patrícia Campos Mello

SÃO PAULO Quase 30% dos danos decorrentes de uso de IA afetam diretamente o bem-estar psicológico das pessoas. É o que aponta levantamento da Data Privacy Brasil com base na recém-lançada Biblioteca de Danos em IA, um repositório

público que reúne e sistematiza impactos negativos causados por sistemas de inteligência artificial. Dos 71 casos públicos de impactos negativos documentados, 29,6% referem-se a danos psicológicos e sociais, tais como vigilância excessiva e exposição a conteúdos nocivos. Um exemplo foi o caso do homem detido por engano em 2024 por policiais militares em Sergi-

pe após falha em sistema de reconhecimento facial (que usa IA). João Antônio Trindade acompanhava a final do campeonato sergipano em um estádio quando foi algemado por agentes e levado para interrogatório em uma sala. Também em Sergipe, em 2023, a auxiliar administrativa Thaís Santos foi confundida com uma foragida da Justiça duas vezes durante uma micareta por falha do sistema de reconhecimento facial. Na segunda vez, tentaram algemá-la. Ela relatou ter ficado tão nervosa que urinou nas calças e voltou para casa chorando.

Casos de adolescentes que “namoram” chatbots ou são induzidos a cometer suicídio em conversas com aplicativos também se enquadram nessa categoria. “A biblioteca demonstra que os danos da IA já estão em curso e geram impactos concretos sobre direitos, trabalho, meio ambiente e democracia. Não se trata de riscos hipotéticos”, diz Carla Rodrigues, coordenadora da área de Plataformas e Mercados Digitais da Data Privacy Brasil.

A ideia é que a iniciativa funcione como um banco de dados para ser consultado em discussões sobre regulação de IA, por exemplo. O projeto de lei de IA, o PL 2.338, foi aprovado no Senado em dezembro de 2024 e está tramitando lentamente na Câmara.

Dos casos, 23,9% são danos a direitos fundamentais. Um é a decisão

Espetáculo faz da mitologia grega pano de fundo para pensar a hereditariedade

Produção tem como fio condutor trajetória de Moira Braga, artista que investigou as origens de seu nome para entender de que maneira o passado influencia o presente

SÃO PAULO O destino dos deuses e dos mortais está nas mãos das Moiras. Juntas, essas três entidades mitológicas tecem de forma diligente os fios invisíveis que conduzem todos em direção à vida ou à morte. Esse mito grego serve agora como pano de fundo para a peça “Hereditária”, em cartaz no Sesc Pompeia, na zona oeste da capital paulista. O espetáculo é idealizado e estrelado por Moira Braga —artista que se voltou às raízes de seu nome para refletir sobre a hereditariedade.

O interesse por essa ideia permeia a vida da atriz. Aos sete anos, ela descobriu que tinha Stargardt, uma doença genética rara que leva à perda progressiva da visão. O espetáculo, portanto, usa a trajetória da artista como o fio condutor de uma análise sobre o peso que a herança exerce sobre a vida de cada pessoa.

“Na peça, abordamos a genética, mas também as possibilidades de mudar essas heranças por meio das nossas escolhas”, afirma Braga. Ao longo da produção, a doença genética não é tratada como um infortúnio, mas simplesmente como um fato da vida. Já a deficiência não é associada à limitação, mas sim à ideia de potencialidade.

Isso se faz sentir pelo vigor com que Braga se movimenta sobre o palco, entre danças que se somam a músicas e diálogos para contar a história ao lado das atrizes Isadora Medella e Luizze Mendes Dias. Juntas, elas encarnam as três Moiras, trajando figurinos que fazem uma leitura contemporânea do vestuário da Grécia antiga. Em cena, elas fazem a tradução para Libras e a audiodescrição, elementos que tornam o espetáculo acessível a pessoas com deficiência.

“Não sou a única artista que faz isso no país, mas trazer esses recursos para dentro da cena ainda é uma coisa muito nova e um processo muito experimental”, conta Braga, acrescentando ter tido a sorte de encontrar uma equipe disposta a tornar a peça acessível. “Pela primeira vez, não era mais um problema só meu. Eu não era a única pensando nisso. Todo os integrantes do elenco estavam engajados na mesma iniciativa”, afirma a artista.

Continua na pág. B5



Cena da peça ‘Hereditária’ Thelma Vidales/ Divulgação



Continuação da pág. B4
Um dos grandes desafios foi integrar a audiodescrição e a tradução para Libras ao espetáculo de forma natural, evitando que esses elementos ficassem alheios à narrativa.
“Isso só foi possível por ter sido pensado desde o início do processo. Eu, enquanto artista com deficiência, não tenho como estar em cena e não refletir sobre isso”, diz Moira Braga. “Quando a gente foi para o espaço cênico, pensamos em como traduzir cada movimento para Libras e como a gente iria descrever as ações. Foi um quebracabeça complexo que a gente montou de forma colaborativa.”
Segundo Braga, o objetivo era construir um espetáculo que não tivesse nenhuma forma de separação. Por isso, ela deixou de lado a audiodescrição por aparelhos sonoros. “Para mim, é preciso que todo mundo possa ouvir. Eu não gosto de chegar à peça e receber um radinho para botar no ouvido, porque isso já segrega uma pessoa da outra.”
Opinião parecida tem Pedro Sá Moraes, que assina a direção do espetáculo. “O que me interessa é fazer com que a audiodescrição crie acesso para pessoas cegas ou com baixa visão, mas também quero tornar esse recurso interessante dramaturgicamente para quem enxerga.”
A preocupação com a acessibilidade, inclusive, se fez presente na concepção dos números de dança, concebidos por Edu O. — professor da escola de dança da Universidade Federal da Bahia, a UFBA. O artista criou o conceito de bipedia compulsória para designar a tendência de criar movimentos tendo como referencial pessoas sem deficiência.
O artista, porém, decidiu romper com esse padrão. “Ele cria a partir da potência da Moira e do que ela faz”, diz Moraes. “Não é uma adaptação, não é encaixar todo mundo na normatividade. É, na verdade, encontrar o poder das diferentes perspectivas e capacidades expressivas.”
De acordo com ele, o espetáculo é uma forma de aproximar as pessoas e de as convidar a enxergar o mundo a partir de um novo olhar. “A gente quer criar uma janela de potencialidade e de entendimento sobre como o corpo pode se mover”, afirma o diretor. “Eu sinto que as pessoas saem do teatro com uma visão renovada sobre o valor de estar vivo.” Matheus Rocha

Hereditária
ONDE Sesc Pompeia - r. Clélia, 93, São Paulo. **DIREÇÃO** Pedro Sá Moraes. **COM** Isadora Medella, Luíze Mendes Dias e Moira Braga.
CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA 12 anos.
PREÇO R\$ 50, no site sescsp.org.br

OUTRO CANAL

Gabriel Vaquer

